



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2016**

1 Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e quinze minutos, deu-se início, na  
2 sede da Secretaria de Estado de Saúde - SES, situado na Rua México, cento e vinte e oito – décimo primeiro andar,  
3 auditório da CIB – Centro – Rio de Janeiro, a segunda reunião Ordinária CIR da Metropolitana I. Presença dos  
4 membros **da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES)**: Sra. Patrícia Vanda dos Santos Rocha –  
5 Secretária Executiva CIR Metropolitana I, Sra. Sidnéa Alvim da Silva – Assistente SE/CIR-MI. Representante de Nível  
6 Central – Sra. Monique Fazzi – Assessora - Chefe de Regionalização; Sra. Izabela Ribeiro – Assessora Técnica de  
7 Regionalização; Sra. Elisabet Pauer – ASS/AR/SES, Sra. Luana Moreira – AR/SES, Sra. Marcia Lemos – AR/SES, Sra.  
8 Tatiana Bozza, Sr. Marcelo Rodrigues – SAECA/SES. Representante COSEMS: Apoiadora Sra. Maria de Fátima  
9 Rezende. **Representantes das Secretarias Municipais de Saúde: SMS Belford Roxo** – Suplente - Sr. Diego Almeida  
10 – Assessor Técnico e Sr. Leonardo Mazzutti – Subsecretário; **SMS Duque de Caxias** – Suplente – Sra. Fátima Saieg –  
11 Diretora de Planejamento; **SMS Itaguaí** – Suplente - Sra. Ingrid Ellen Alonso – Assessor e Sra. Maria Angélica Maia  
12 de Souza; **SMS Japeri** – Suplente - Sr. Paulo C. M. Soares – Subsecretário; **SMS Mesquita** – Representante – Sr.  
13 Amilton Luiz Fontes S. da Silva – Chefe de Regulação; **SMS Nilópolis** – Suplente - Sra. Maria Cristina Frazão –  
14 Assessora e Sr. Leonardo da S. Moraes - Subsecretário; **SMS Nova Iguaçu** – Suplente – Sra. Vivian Damasceno –  
15 Subsecretária de Regulação; **SMS Queimados** – Suplente - Sra. Janequele de Azevedo e Sr. Rafael Coelho Fonseca –  
16 Controle e Avaliação; **SMS Rio de Janeiro** – Suplente – Sra. Lidia Zimbardi – Assessora Sra. Juliana Cerri –  
17 ASS/MRJ e Sra. Ana Ramalho – ASS/MRJ; **SMS São João de Meriti** – Suplente - Sra. Cacilene Ferreira dos Santos –  
18 Diretora do Planejamento; **SMS Seropédica** – Suplente - Sra. Dulce Maria Inoue – Assessora. Ficou sem representação  
19 a **SMS Magé**. A Sra. Monique esclarece que a segunda reunião CIR foi antecipada a fim de evitar desnecessariamente  
20 duas reuniões no mês de março, tendo em vista que a convocação para reunião de hoje seria extraordinária. Pelo  
21 quantitativo de assuntos houve condições de constituir a reunião ordinária. Não havendo apresentações a pauta seguiu  
22 pelo item de pactuação. **I – Pactuação – 1. Credenciamento do serviço de Tomografia de Queimados** – A Sra.  
23 Janequele esclarece que o prestador em questão já atende ao município de Queimados com serviço de ortopedia e toda  
24 radiologia. Devido à manifestação do município de Japeri em aderir o serviço motivou a busca pelo credenciamento. A  
25 Sra. Monique ressalta que a solicitação estará sendo encaminhada para os trâmites normais. Após o credenciamento a  
26 região pode voltar a avaliar a capacidade instalada do prestador, a fim de ampliar o atendimento a outros municípios. O  
27 assunto foi considerado pactuado. **2. Hospital das Clinicas e Maternidade de Belford Roxo** – A Sra. Monique  
28 esclarece que o assunto foi tratado em Câmara Técnica. O hospital das Clinicas de Belford Roxo declarou que há quatro  
29 meses não recebe o repasse de sua produção. O Sr. Secretário de Estado solicitou que o assunto fosse tratado em CIR,  
30 tendo em vista ser preocupante a situação das maternidades na baixada. Há déficit de leitos considerável na baixada.  
31 Houve fechamento de algumas maternidades. A situação colocada pelo Hospital das Clinicas é que devido a baixa  
32 financeira a maternidade irá fechar. Dessa forma é claro o entendimento de que o fechamento da maternidade causa um  
33 prejuízo muito grande à região. A proposta do estado é que o recurso para pagamento da maternidade seja direcionado,  
34 temporariamente, ao fundo estadual de saúde e direcionado ao prestador, da mesma forma que foi feito com o Hospital  
35 São José do Havaí, na região Noroeste, a fim de evitar o fechamento da unidade. Assim que o município se estabilizar o  
36 recurso volta para gestão de Belford Roxo. O fechamento da maternidade é um risco para região em tempos comuns,  
37 com a situação de zika e microcefalia torna-se pior. A responsabilidade do estado como coordenador do sistema é de ter  
38 uma ação pronta para evitar isso. A Sra. Janequele diz que a falta de leitos na baixada é tão grande que, o município de  
39 Nova Iguaçu, referência na região, não consegue atender os próprios munícipes, incluindo as gestantes de risco habitual.  
40 Há um déficit na baixada que precisa ser revertido. O Sr. Leonardo Mazzutti diz que estranha o ponto estar sendo  
41 discutido, visto que o município de Belford Roxo esteve reunido com o estado recentemente. O Estado informou sobre  
42 um débito, de cerca de vinte e cinco por cento da previsão inicial em dois mil e quinze e que a situação seria postergada.  
43 Hoje a informação é de que existe um atraso de quatro meses. Isso lhe causou estranheza, visto que já em dois mil e  
44 dezesseis a Casa de Saúde e maternidade Quinze de Agosto recebeu oitocentos e quarenta e dois mil reais e o Hospital  
45 de Clinicas recebeu novecentos e trinta e oito mil reais. Ele ressalta que o atraso mencionado é relativo à competência,  
46 observado pelo novo processo de contratualização a que o município está se empenhando. Todo esse tramite é  
47 demorado. Esse atraso também se deve a redução das verbas enviadas pelo estado para manutenção das unidades como



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2016**

48 a UPA, por exemplo. Ele propõe que seja dado um prazo de trinta dias, a fim de que o município organize as  
49 informações. Dessa forma o município poderá apresentar dados consolidados como resposta. O Sr. Leonardo Mazzutti  
50 diz que entende a proposta do estado como intervenção. A Sra. Lídia questiona se o estado irá quitar o débito. A Sra.  
51 Monique esclarece que esta proposta não se trata de intervenção. O assunto pautado não foi surpresa para o município,  
52 tendo em vista que o Secretário Estadual enviou ofício para o Secretário Municipal, que não foi respondido. O assunto  
53 foi pautado baseado em medida anterior. O Sr. Diego informa que o ofício não foi localizado no município. A Sra.  
54 Monique declara que após a Câmara Técnica o Sr. Secretário de Belford Roxo ligou para o Secretário de Estado.  
55 Entretanto, após a conversa, a posição do estado permanece de assumir temporariamente a verba da maternidade, a fim  
56 de evitar o risco de fechamento da unidade. Ela lembra que a verba é federal, alvo da PPI do estado, portanto o recurso  
57 é para fazer o pagamento da maternidade, que é credenciada ao SUS. O Sr. Leonardo Mazzutti questiona como será  
58 auditado o recurso. A Sra. Monique diz que será da mesma forma como aconteceu na região noroeste. Essa é uma  
59 situação de emergência e o estado não tem a intenção de ficar administrando o serviço. Por isso a proposta é de que o  
60 recurso seja gerido temporariamente, enquanto houver risco iminente de fechamento da maternidade, até o município se  
61 organizar. Depois o recurso retorna ao município. A Sra. Fatima Saieg questiona: como o estado irá assumir uma  
62 unidade visto que não tem cumprindo com suas próprias unidades? A Sra. Monique esclarece que o estado pagará a  
63 Maternidade com o recurso transferido pelo Ministério da Saúde, atualmente depositado no Fundo Municipal de Saúde,  
64 que temporariamente será transferido para o FES. O recurso referido pela Sra. Fatima Saieg é de outra origem, do  
65 Tesouro do estado, sendo assunto para ser tratado em outro momento. A Sra. Tatiana esclarece que a proposta é a  
66 retirada da média de produção. E o pagamento é efetuado conforme a produção é aprovada. O Sr. Leonardo Mazzutti  
67 diz que o município de Belford Roxo não é contra a proposta do estado, entretanto deseja entender os trâmites de  
68 funcionamento que, para ele, não estão claros. A Sra. Monique informa que o recurso destinado a uma unidade torna-se  
69 vinculado a produção daquele serviço, de acordo com o que foi contratado. Portanto a dinâmica é estipular um período,  
70 fazer uma média do valor utilizado para a transferência do recurso. Dessa forma os valores transferidos serão fixos com  
71 a ciência do município. Após um período a situação é avaliada. A situação sendo normalizado o recurso retorna ao  
72 município. O Sr. Leonardo Moraes expõe que essa atitude abre prerrogativa aos demais municípios de agirem da  
73 mesma forma. Diz que o município de Nilópolis vem tentando há um ano e meio retirar os recursos de oftalmologia do  
74 município de Mesquita e não consegue. O processo está sempre em diligência sem conclusão. A Sra. Monique diz que  
75 esse é um assunto que difere do que está sendo discutido. A transferência de recursos PPI é tema rotineiro na CIB.  
76 Entretanto solicita que o caso seja encaminhado a SAECA para averiguação de acordo com a queixa do município de  
77 Nilópolis. Nesse momento os assuntos não devem ser misturados. A Sra. Cacilene solicita que seja incluído em ata,  
78 “que o ofício enviado ao município não foi comprovado através do estado a chegada para que o município pudesse se  
79 posicionar”, visto que o município de Belford Roxo declara não ter recebido tal notificação. A Sra. Lídia propõe que  
80 seja estabelecido um prazo para que o município acerte as contas e ao final do tempo o assunto seja rediscutido. A Sra.  
81 Monique diz que se trata de uma questão de risco. O Sr. Ele propõe que a questão seja enriquecida de documentos  
82 comprobatórios com os cálculos de tempo e valores em débito para em um segundo momento discutir as possíveis  
83 soluções, bem como documento comprobatório da ameaça por parte do prestador. Sugere o prazo de trinta dias. O Sr.  
84 Leonardo Mazzutti diz estar de acordo com o prazo para que seja elaborada a proposta para aprovação em CIR. A Sra.  
85 Maria de Fátima Rezende diz que, como apoiadora do COSEMS, concorda que essa questão deveria estar mais bem  
86 documentada inicialmente, entretanto em função dessa questão entende que não se deveria colocar em risco as pacientes  
87 da região. Como sugestão ela diz que, no espaço de tempo curto e determinado, as partes: estado, município e prestador  
88 possam discutir e estabelecer um acordo que favoreça a todos para uma definição na próxima reunião. A Sra. Monique  
89 conclui dizendo que o estado propõe e pede registro em ata de que até a próxima CIR ordinária, o município de Belford  
90 Roxo coloque em dia os pagamentos ao prestador e os municípios que não concordaram que os recursos fossem  
91 transferidos ao FES para pagar a maternidade, serão corresponsáveis pelo fechamento da maternidade, que causará  
92 diminuição da oferta às gestantes. Belford Roxo continuará com o teto até a próxima CIR, tendo que colocar em dia os  
93 pagamentos da maternidade. A Sra. Vivian solicita que o estado apresente, neste momento, os dados do não pagamento  
94 por parte do município para análise. Diz que da forma como foi proposto o caso ela não concorda e irá se abster de



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2016**

95 assinar, visto que o município de Nova Iguaçu possui grande responsabilidade na absorção desse déficit de leitos. Nova  
96 Iguaçu, hoje dispõe apenas da maternidade Mariana Bulhões, que está se reestruturando. O atendimento está restrito a  
97 grávida em trabalho de parto. Nem acompanhante está sendo acolhido. Por outro lado, há entendimento solidário quanto  
98 à dificuldade do município de Belford Roxo em cumprir o compromisso, tendo em vista que essa é uma situação  
99 comum aos demais municípios da região. A dificuldade atinge aos municípios pela situação atual de precariedade em  
100 manter todos os serviços ofertados e a baixa nos recursos enviados pelo estado. A proposta do estado é viável desde que  
101 apresente de forma concreta o déficit do município, como será efetuado o repasse, de quanto será o repasse e por quanto  
102 tempo. Dessa forma o município poderá se organizar de forma clara. Quem garante que o município estará honrando os  
103 valores que ficaram em atraso? Esse é um efeito que pode ainda permitir que a maternidade continue se recusando a  
104 atender por não haver recebido os valores atrasados. Pelo exposto é necessário que o estado apresente os cálculos,  
105 valores e o tempo necessário para esse caso. Não há interesse no fechamento da maternidade. A Sra. Tatiana diz que a  
106 SAECA possui a informação mensal da produção dos prestadores que é feito em todos os municípios pelos sistemas  
107 oficiais de faturamento. Desse hospital especificamente o levantamento da média de doze meses foi de duzentos e trinta  
108 mil/mês de AIH, com oscilações. A SAECA não tem como visualizar a falta de pagamento através do sistema de  
109 faturamento. O sistema só permite visualizar a entrada feita pelo MS e a produção informada pelas unidades  
110 prestadoras. O Sr. Paulo sugere que essa situação seja discutida particularmente entre o município, prestador e estado. A  
111 Sra. Monique informa que esse tipo reunião foi convocada, entretanto o município não compareceu. Declara que o  
112 município foi convocado para situação parecida em relação a outro prestador, entretanto não convém tratar desse  
113 assunto nesta reunião. Após discussão a Sra. Monique encaminha proposta dizendo que o município de Belford Roxo  
114 terá até a próxima CIR para articular junto ao prestador o pagamento da dívida atualizando suas contas e que nesse  
115 período a região estará durante esse mês correndo o risco de ver a unidade fechada. A Sra. Janequele diz que na verdade  
116 o estado está com a responsabilidade desse risco. A região está com deficiência. A Sra. Monique esclarece que a  
117 proposta do estado era pagar a maternidade com as transferências do MS. Encaminha a finalização do assunto. Diz que  
118 a plenária deve escolher entre: que o município acerte as contas com o prestador até a próxima CIR e arcar com os  
119 riscos; ou concordar com que o estado assuma os recursos temporariamente para pagar o prestador, até que o município  
120 se organize. O município recebeu do MS o recurso para cumprir com o contrato, entretanto não pagou o prestador. Por  
121 essa razão o município precisa arcar com o débito. A Sra. Ana Ramalho diz que o estado pode intervir no município a  
122 qualquer tempo de acordo com a lei, desde que tenha comprovado o ato ilícito dispensando a necessidade de pactuação.  
123 O que ocorre é a falta de comprovação por parte do estado do ilícito e do município do contrário, tornando a plenária  
124 confusa e sem instrumentos para pactuação. A Sra. Monique diz que por essa razão existem duas possibilidades:  
125 pactuar o valor por um determinado período ou não pactuar. Então o município terá um mês para acertar o devido. Se  
126 não houver o acerto o assunto retorna para CIR. A Sra. Ana diz que dessa forma está de acordo desde que não haja a  
127 responsabilização dos municípios relacionada aos riscos, visto que, de acordo com a lei o estado deverá intervir junto ao  
128 município caso o risco ocorra. Dessa forma independe de pactuação dessa plenária. Não há o que responsabilizar os  
129 municípios. A questão envolve apenas o prestador, o município e o estado. A Sra. Monique diz que a região viverá o  
130 risco nesse mês. O controle temporário de recurso por parte do estado tem sido o procedimento em outras regiões desde  
131 que a regionalização foi instaurada, a fim de construir uma relação colegiada e não individual de município e estado  
132 apenas. O Sr. Leonardo Mazzutti pede esclarecimentos quanto ao fluxo. A Sra. Tatiana esclarece dizendo que, conforme  
133 aplicado em Itaperuna, o recurso é deslocado, entretanto a gestão continua sendo municipal. A SAECA abre um  
134 processo para passar ao prestador os valores conforme pactuado. A gestão continua plena a fim de garantir a permanência  
135 do atendimento da maternidade, até que o município possa assumir o recurso novamente. O Sr. Leonardo Mazzutti  
136 sugere que ele e a Sra. Tatiana fiquem à parte para alinhar os detalhes. Dessa forma a reunião poderá continuar para  
137 tratar os demais assuntos. **3 – Distribuição das bolsas de ostomia** – A Sra. Monique esclarece que o tema foi solicitado  
138 pelo município de Queimados. Numa CIB anterior houve a definição de que o município de Belford Roxo seria polo  
139 para distribuição das bolsas. Entretanto alguns municípios estão deixando de ser atendidos e estão com dificuldades  
140 quanto a isso. Por essa razão os pacientes estão pegando as bolsas no estado. Isso irá ocorrer até que seja pactuado outro  
141 polo. A Sra. Dulce lembra que o município de Itaguaí solicitou a possibilidade de ser polo, mas não foi concluído



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2016**

142 devido às exigências. O Sr. Marcelo lembra que a partir da próxima CIB o recurso das bolsas será retirado do município  
143 de Belford Roxo e retido no estado até que se estabeleça novo polo. Ele sugere que os municípios se organizem, a fim  
144 de que se estabeleça o polo, de acordo com as determinações específicas para esse fim, em um prazo determinado. A  
145 Sra. Monique encaminha o assunto, da seguinte forma: os municípios vão se organizar, a fim de apresentar a proposta  
146 de um polo para região na próxima CIR. Dessa forma o assunto foi aprovado pela plenária. **4 – Criação do Grupo de**  
147 **Trabalho para discussão de Oncologia** – A Sra. Monique lembra que o assunto foi tratado na CIB. A proposta foi que  
148 se criasse na CIR o GT provisório para tratar somente da apreciação do plano de oncologia. O Plano da oncologia deve  
149 ser analisado. O resultado deve ser encaminhado para CIB. A finalidade da pactuação na CIB foi o compromisso de que  
150 esse grupo seria criado. O grupo deverá trabalhar de forma a apresentar parecer na CIR do dia vinte e nove de abril. O  
151 plano será encaminhado para todos os presentes, a fim de que seja avaliado antes do primeiro encontro, permitindo  
152 agilidade na discussão. Cada gestor municipal deverá enviar para a Secretaria Executiva o nome e contato de seu  
153 representante para futura convocação. A Sra. Lidia propõe um quantitativo mínimo de participante. E a participação de um  
154 representante do GT de Planejamento. A Sra. Ana diz que o prazo é muito curto e que em três reuniões não será  
155 possível fechar a análise do plano. Na CIB ficou pactuado para maio de dois mil e dezesseis, entretanto o prazo foi  
156 estendido pelo MS para março de dois mil e dezessete. Por essa razão sugere que seja o prazo estendido para pactuar na  
157 CIB. A Sra. Monique diz que será encaminhada a CIB de abril a sugestão de que seja pactuada a revisão do plano de  
158 oncologia na CIB de junho, para que haja tempo hábil para análise do plano junto a todas as regiões do estado. Após  
159 discussão ficou estabelecida a composição constituída com o máximo de dezesseis pessoas, a saber: dois representantes  
160 do município do RJ, um representante de cada um dos demais municípios, um representante do GT de Planejamento e  
161 duas pessoas para assessorar tecnicamente. Avaliando as datas de reuniões a Sra. Monique esclarece que o tempo é  
162 muito curto para a análise do plano e pactuação na CIB de junho. Portanto fica pactuado que o GT de oncologia deverá  
163 se reunir para apresentação na CIR de maio e que será proposto na CIB que o plano seja apresentado em julho. **5 –**  
164 **Grupo Condutor Regional de Saúde Mental** – A Sra. Monique esclarece que houve a tentativa de comparecimento da  
165 área técnica da saúde mental nesta reunião, entretanto não foi possível, tendo em vista reuniões simultâneas. Existe uma  
166 orientação para que as redes temáticas se tornem Grupo Condutor. A Sra. Izabela diz que conforme o grupo condutor  
167 da Rede Cegonha o GC de saúde mental deseja ampliar a composição com outras áreas, além dos representantes da área  
168 da saúde mental, visando à rede como um todo. A Secretaria Executiva fez o levantamento e observou que a região já  
169 possui desde dois mil e doze, deliberação de uma comissão de Saúde Mental que não evoluiu. A proposta da área  
170 técnica da SES é instituir, vinculado a CIR, esse grupo condutor legítimo. É necessário que haja por parte dos gestores  
171 uma atualização na indicação dos representantes. A Sra. Monique ressalta que foi lembrado pela Sra. Patrícia que a Sra.  
172 Maria de Fátima, apoiadora do COSEMS deverá fazer parte do GT de Oncologia. **II – Informes – 1. Projeto**  
173 **QualiSus Redes Metro I** – A Sra. Monique diz que esse informe embora esteja atrasado deve ser esclarecido que não  
174 foi possível fazer a aquisição da conectividade por parte do estado. Esse quesito é importante, mas não foi atendido. Por  
175 essa razão em dois mil e catorze o projeto foi cancelado e informado ao MS, mas somente agora o informe chegou à  
176 região. O programa foi encerrado sem atender a questão. Esse informe deveria ter sido dado imediatamente, mas chegou  
177 somente agora. Atualmente o MS mudou de estratégia e passou adquirir o equipamento e a conectividade. **2 –**  
178 **Representante municipal junto ao Hospital do Cérebro** - A Sra. Monique diz que na última CIB foi apresentada a  
179 atenção aos recém-nascidos com microcefalia. O IEC irá atender todos os recém-natos até que se esgote a capacidade  
180 instalada. Será feito o atendimento no Instituto para diagnóstico e elaboração do plano terapêutico e depois retorna ao  
181 município. Para que esse fluxo ocorra, é necessário que os secretários municipais designem um representante técnico  
182 com o respectivo contato, conforme solicitado na CIB. Até o momento, somente Nova Iguaçu, Magé, Mesquita, Rio de  
183 Janeiro encaminharam o nome de seus representantes. A Sra. Patrícia solicita que os gestores encaminhem os contatos  
184 com urgência para ser enviado ao IEC, a fim de que tenha meios de comunicação no caso de necessidade. **3 – Curso de**  
185 **capacitação de citopatologia cervical** – A Sra. Lidia informa que durante um ano o GT de planejamento trabalhou a  
186 questão da dificuldade da região quanto à citopatologia cervical. Com esse trabalho o GT conseguiu parceria para  
187 capacitação de ginecologista junto a FIOCRUZ e o INCA para os municípios que se comprometeram a adquirir  
188 equipamento e para os que já o possuem. O equipamento pode ser adquirido através de uma portaria do MS. O curso vai



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2016**

189 acontecer em vários hospitais no período de seis meses. Foram disponibilizadas seis vagas para a região. Os gestores se  
190 comprometeram a liberar os profissionais e os profissionais se comprometeram a participar de forma integral. Ocorre  
191 que três médicos desistiram. Um de Itaguaí e dois de Duque de Caxias. Na última CIR os municípios de Mesquita e  
192 Nilópolis se interessaram. O Curso foi adiado após solicitação para o dia trinta de março. Os profissionais devem ser de  
193 carreira efetiva. O curso está ameaçado de não acontecer, tendo em vista não ter um número de profissionais que  
194 justifique. A Sra. Lidia deixou o contanto com os municípios que se interessaram em enviar profissionais para compor  
195 a turma. A Sra. Monique lembra que na Câmara Técnica ficou estabelecido que seria agendada uma reunião da CIR  
196 extraordinária para discussão da PPI, com a presença da SAECA e o RJ. Ao final da reunião será sugerida uma data  
197 para o encontro. O assunto relacionado ao Hospital de Clínicas do município de Belford Roxo volta a ser discutido. A  
198 Sra. Monique informa que de acordo com a SAECA a questão do valor do recurso a ser administrado deve ser da  
199 produção do hospital como um todo, perfazendo um total médio de pouco mais de quatrocentos mil/mês. Embora  
200 teoricamente esse valor pertença ao hospital através do repasse federal, o município de Belford Roxo diz ser inviável  
201 dispor desse valor do teto. Não há a concordância por parte do município. A Sra. Lídia diz que o município deve  
202 apresentar uma contra proposta. O representante do município propõe a retirada de um valor até trezentos mil. A Sra.  
203 Monique esclarece ser inviável tal proposta, tendo em vista que o valor é inferior causando um déficit no caixa do  
204 tesouro do estado para completar o valor restante. Não há possibilidade de dividir o recurso, tendo em vista a produção  
205 apresentada pela unidade. A fim de finalizar a discussão a Sra. Monique propõe que o município tenha trinta dias para  
206 acertar a dívida. Caso contrário o estado irá usar a prerrogativa de lei a fim de intervir. A Sra. Dulce sugere que na  
207 próxima CIR o estado apenas informe o que ficou solucionado: o acerto do município ou a intervenção estadual.  
208 Tornando desnecessária nova pactuação. A plenária concordou e o assunto foi pactuado. A Sra. Monique diz que para  
209 esgotar o assunto sobre PPI levantado pelo município do RJ, seja marcada a data para uma reunião extraordinária. Ficou  
210 estabelecido o dia trinta e um de março, às dez horas, a princípio na SES. Na impossibilidade de ser na SES será no  
211 município do Rio de Janeiro. Sem outros assuntos a serem discutidos a Sra. Monique encerra a reunião às treze horas.  
212 Eu Sidnéa Alvim da Silva – Assistente da SE/CIR, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pela secretária  
213 executiva e pelos gestores, após aprovação.